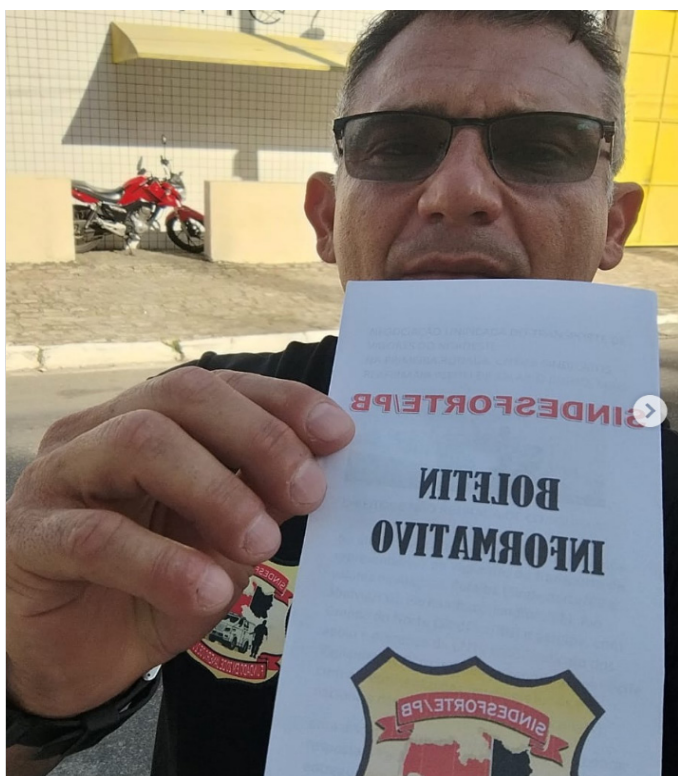




NEGOCIAÇÃO UNIFICADA DO TRANSPORTE DE VALORES DO NORDESTE:

NA PRIMEIRA RODADA, CNTV E SINDICATOS REAFIRMAM PLEITO DE SALÁRIO DIGNO, MAIS DIREITOS E NÃO RETIRADA DE CONQUISTAS



Na última quinta-feira, 16 de janeiro Sindicatos representativos de Vigilantes de transporte de valores de Alagoas, Paraíba (Sindesforte/PB e Sindvig/CG), Pernambuco (Sindfort/PE), Rio Grande do Norte (Sindfort/RN) e Sergipe, com apoio e presença da CNTV e do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco se reuniram em Recife com as representações patronais locais e nacionais das empresas (Fenaval e Ansegtv) para discutir o processo de negociação e cobrar resposta à Pauta de Reivindicações da categoria entregue em dezembro as representações patronais.

Os trabalhadores cobraram das empresas agilidade na negociação, já ficando definido mais duas reuniões presenciais (05 e 12 de fevereiro) em Recife para conclusão do processo negocial.

Reafirmaram os pleitos aprovados nas Assembleias e alertaram as empresas que não aceitarão retirada de conquistas, contrapropostas indecentes ou chantagens, como em nos anteriores.

Além de reposição inflação e ganho real, os Sindicatos do Nordeste pedem:

- Piso Salarial Unificado
- Plano de Saúde, inclusive para dependentes
- Ticket refeição com valor justo
- Participação nos Lucros
- Unificação da Data-base de Pernambuco, de maio para janeiro

A CNTV e os Sindicatos tem verificado nos links de notícias econômicas que as grandes empresas, principalmente Brinks e Prosegur que negociam ações na Bolsa de Valores, continuam contabilizando lucros crescentes e distribuindo dividendos para seus acionistas, mas negam-se a compartilhar estes resultados com quem, de fato, faz: o trabalhador. Por outro lado, negam aos trabalhadores do Nordeste os mesmos benefícios já garantidos para Vigilantes da região Sudeste e Sul.

Os Sindicatos estão certos de investir na pressão e mobilização como única forma de ver atendido os seus pleitos. A CNTV estará junto nesta luta.

Fonte: Sindesforte/PB

SINDIVIGILANTE SERGIPE NOTIFICA EMPRESAS DE VIGILÂNCIA QUE PRESTAM SERVIÇOS PARA EVENTOS NO ESTADO DE SERGIPE

SINDIVIGILANTE-SE
TABELA SALARIAL-2025

TABELA DE REMUNERAÇÃO - 2025
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2025/2025
CÁLCULO DE REMUNERAÇÃO - VALOR HORA PARA VIGILANTE EM EVENTOS

Discriminação	Salário 2025	08h Diurno	08h Noturno	10h Diurno	10h Noturno	12h Diurno	12h Noturno
Salário Base	R\$ 1.690,93 / 220h =	R\$ 61,49	R\$ 61,49	R\$ 76,90	R\$ 76,90	R\$ 92,23	R\$ 92,23
Adicional Periculosidade (30%)	R\$ 507,28	R\$ 18,43	R\$ 18,43	R\$ 23,04	R\$ 23,04	R\$ 27,64	R\$ 27,64
Adicional Noturno (20% sob base)	R\$ 2,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Adic. Hora Reduzida	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ 16,42
Incorporada Diurna	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Incorporada Noturna	R\$ 16,52	R\$ 16,52	R\$ 16,52	R\$ 16,52	R\$ 16,52	R\$ 16,52	R\$ 16,52
Vale Alimentação	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00
Soma das remunerações	R\$ 118,91	R\$ 150,46	R\$ 150,93	R\$ 170,86	R\$ 170,86	R\$ 198,89	R\$ 198,89

TABELA DE REMUNERAÇÃO
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2025/2025
CÁLCULO DE REMUNERAÇÃO - VALOR HORA PARA VIGILANTE

Discriminação	Salário 2024	Reajuste 6,50%	Salário 2025	44h Sem. Noturnas (15 dias)	12h Noturnas (15 dias)	12h Diurnas (15 dias)	12h Diurnas (16 dias)
Salário Base	1.587,73	103,20	1.690,93	1.690,93	1.690,93	1.690,93	1.690,93
Adicional de Periculosidade (30%)	507,28	32,77	557,28	557,28	557,28	557,28	557,28
Adicional Noturno (20% sob Hora)	2,00	0,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Adic. Hora Noturna Reduzida (15 dias)	36,42	2,36	38,92	296,30	296,30	296,30	296,30
Adic. Hora Noturna Reduzida (16 dias)	16,52	1,08	17,60	43,20	43,20	43,20	43,20
DiR sobre Adic. Noturna *				49,20	52,80	52,80	52,80
Total das Remunerações			2.198,21	2.745,77	2.745,19	2.198,21	2.198,21

Tabela dos Benefícios/Contribuições

	50,14	50,14	50,14	360,00	360,00	360,00	360,00
Vale Alimentação	24,00	24,00	24,00	360,00	360,00	360,00	360,00
Incorporada Diurna	14,00	14,00	14,00	210,00	210,00	210,00	210,00
Incorporada Noturna (15 dias)	16,42	16,42	16,42	246,30	246,30	246,30	246,30
Incorporada Noturna (16 dias)	16,52	16,52	16,52	43,20	43,20	43,20	43,20
Soma dos Insumos	528,00	528,00	528,00	698,46	698,46	698,46	623,84
Valor Total (Remuneração + Várias Sem Incidência)	2.726,21	2.726,21	2.726,21	3.444,23	3.443,65	2.896,67	2.822,05

Gestão: transparência e renovação;
Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

Na última quarta-feira, 22/01/25, o Sindivigilante Sergipe notificou 11(onze) empresas de vigilância que prestam serviços para eventos em todo estado sergipano.

O objetivo das notificações é fazer com que às empresas que prestam serviços de vigilância em eventos, cumpram o que está acordado em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, da categoria.

Caso as empresas não cumpram o que está acordado em nossa CCT vigente, pedimos aos trabalhadores que nos informem para que possamos tomar as devidas providências.

Aproveitamos a oportunidade para publicar às tabelas salariais dos vigilantes patrimoniais e de eventos/2025.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles.

Gestão: transparência e renovação - Diretor-presidente: Reginaldo Gonçalves.

Aracaju-Se, 22 de janeiro de 2025

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

ATRASO DE SALÁRIOS

É inadmissível, o que a empresa de vigilância S.V.N Segurança que presta serviços para contratos do estado de Sergipe e do município de Aracaju, está fazendo com os seus trabalhadores.

Hoje já são 23 do mês de janeiro de 2025, porém até a presente data à referida empresa que presta serviços para a Secretaria Municipal de Aracaju @semedaracaju e Secretaria de Estado da Educação @educacao se não pagou a segunda parcela do 13º salário, os tickets alimentação e salários referente ao mês de dezembro de 2024, aos seus funcionários.

O Sindivigilante Sergipe por meio do nosso corpo jurídico já entrou com uma ação na justiça do trabalho em 2023, notificou à empresa de vigilância e tomadores dos seus serviços a respeito dos fatos recorrentes, e até o momento nada foi feito em relação a difícil situação em que se encontram pais e mães de famílias, que trabalham para essa empresa e prestam serviços para os referidos órgãos.

Recentemente o governador de Sergipe, o senhor Fábio Mitidieri falou durante o programa do apresentador Foca, que iria resolver essa situação e até a presente data nada foi feito.

Queremos aproveitar a oportunidade, para perguntar aos gestores do município Aracaju e do estado de Sergipe o senhor Fábio Mitidieri, se os senhores não irão fazer nada em relação a atual situação desses trabalhadores enquanto esses passam necessidades? Saibam que os contratantes são solidários com a causa.

A falta de pagamentos a esses profissionais, compromete a sustentabilidade desses trabalhadores e seus familiares.

Esperamos que a justiça do trabalho de Sergipe faça algo em relação a situação desses trabalhadores, e que os gestores tomem as devidas providências em relação a referida empresa prestadora de serviços.

Gestão: transparência e renovação - Diretor-presidente: Reginaldo Gonçalves.

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

AUDIÊNCIA PÚBLICA RELANÇAMENTO DA CAMPANHA PISO NACIONAL DOS VIGILANTES

Convidamos todas as Lideranças, Sindicatos de Vigilantes de luta, Dirigentes da CNTV, Vigilantes e demais parceiros das lutas da nossa categoria.

**DIA 31/01 – SEXTA-FEIRA, ÀS 16H
PALACIO HENRIQUE DE LAROQUE
SÃO LUIS – MA**

Projeto de Lei 1955/2022. Relator Deputado Duarte Junior (PSB/MA).

José Boaventura Santos
Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes



Daniel Pavão Rocha
Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado Do Maranhão



RIO GRANDE DO SUL

6,37% DE REAJUSTE FOI A PROPOSTA DA PATRONAL NA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO



Comissão de negociação dos três sindicatos

Na primeira reunião de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho para 2025-2026, ocorrida nesta terça-feira (21), o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp)

apresentou a proposta de 6,37% de reajuste salarial para os vigilantes. Anteriormente, a patronal tinha apresentado um documento sem previsão de aumento dos salários (zero %)

Para os ASPs a proposta é diferente, como explicamos mais abaixo.

Composição do índice

Esse índice de 6,37% está composto da seguinte maneira: 4,77% de reposição da inflação dos últimos 12 meses (janeiro a dezembro de 2024), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A isso, se acrescenta o percentual de 0,76% de reposição de perdas passadas, que já estava previsto pela convenção de 2021, e MAIS a antecipação da parcela de 0,76% do próximo ano, a última.

Piso e Vale-Alimentação*

Assim, o piso salarial do vigilante vai a R\$ 2.103,20. Com a periculosidade (30%): R\$ 2.734,16.

Quanto ao vale-alimentação, os patrões propõem um aumento de R\$ 27,00 para R\$ 30,00.

Reajuste dos ASPs

Reunião foi na sede do Sindesp, na capital

Reunião foi na sede do Sindesp, na capital

Os representantes do Sindesp na reunião, Sílvio Renato Pires, presidente, e Mário Farinon, assessor jurídico, disseram que os ASPs desempenham função parecida à dos porteiros, que fazem parte das empresas de asseio e conservação e tiveram um bom aumento de salários recentemente.

Para as empresas não terem dificuldades de mão-de-obra e equilibrar os salários, a patronal está propondo um reajuste aos ASPs de 6,91% e

o aumento de 15% para 20% da ajuda de custo prevista na CCT.

Assim, o piso salarial dos ASPs, passa para R\$ 1.667,58. Com o adicional de risco (20%): R\$ 2.001,12.

O vale-alimentação do ASP ficaria o mesmo dos vigilantes, no valor de R\$ 30,00.

Avaliação da proposta

Estavam presentes, representando a categoria, dirigentes do Sindivigilantes do Sul, com sede na capital, e dos sindicatos dos vigilantes de São Leopoldo e Pelotas, mais o assessor jurídico Arthur Dias Filho.

Ao final, ficou combinado com o Sindesp que os três sindicatos e o advogado vão avaliar o que foi oferecido em termos de reajuste salarial, VA e as demais cláusulas, com a apresentação de uma contraproposta, possivelmente, até segunda-feira.

No momento oportuno, serão convocadas assembleias para discussão com a categoria da proposta que ficar definida na negociação. Aguarde, assim que houver novidades avisaremos. E lembre sempre: nossa força é nossa união, juntos somos fortes.

*(Observação: o texto foi modificado, após a publicação, para explicar melhor os valores dos salários do vigilante e ASP, com a periculosidade e o adicional de risco)

Este post foi publicado em Notícias em 21 de janeiro de 2025.



Reunião foi na sede do Sindesp, na capital

‘Parâmetros para controle da violência policial fixados pelo STF servirão para todo o país’, afirma PGJ do Rio

Spacca



Luciano Mattos, PGJ do Rio de Janeiro

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu importantes diretrizes para o controle da violência policial no Rio de Janeiro. Com isso, o Ministério Público estadual passou a exercer um controle mais aprofundado e eficiente das incursões das forças de segurança em favelas, o que levou a uma redução da letalidade policial em 52%, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para o procurador-geral de Justiça do Rio, Luciano Mattos, os parâmetros estabelecidos no processo deverão ser replicados em todo o Brasil.

No comando do MP-RJ desde 2021, Mattos transmitirá o cargo a Antonio José Campos Moreira nesta sexta-feira (17/1). Ele assumirá a função de assessor especial de Relações Institucionais da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Em seus dois mandatos, Mattos reorganizou os grupos de atuação especializada, criou planos de metas e investiu em tecnologia, como uma ferramenta de inteligência artificial para análise dos registros de candidaturas para as eleições de 2024.

Mattos foi tachado de bolsonarista por ter sido escolhido pelo governador Cláudio Castro (PL), especialmente na escolha para o segundo mandato, quando ficou em segundo lugar na eleição interna. Ele diz que as críticas são injustas, pois a Constituição fluminense permite que o chefe do Executivo nomeie qualquer um dos três mais votados.

O PGJ também afirma que o órgão agiu corretamente ao pedir, em 2022, que o Tribunal de Justiça fluminense anulasse a denúncia contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso de suspeita de “rachadinha” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O Superior Tribunal de Justiça havia invalidado as decisões tomadas no caso pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, que permitiram a quebra de sigilo bancário e fiscal do parlamentar e de pessoas relacionadas a ele. Naquela ocasião, a acusação não mais se sustentava, segundo Mattos. Com a anulação da denúncia, o MP-RJ pode reiniciar a investigação e, se for o caso, propor novamente a abertura de ação penal.

No caso do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol), Luciano Mattos ressalta a importância de investigar também os crimes acessórios, as medidas que os executores do delito, Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, tomaram para ocultar o homicídio.

Ações e condenações nesses casos paralelos agravaram a situação de Lessa e Queiroz, fazendo com que firmassem acordos de colaboração premiada que levaram aos acusados de serem mandantes do assassinato — os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão (respectivamente, deputado federal e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio) e o delegado Rivaldo Barbosa.

Fonte: Conjur

Horas extras lideram ranking dos temas mais recorrentes no TST em 2024



Número de processos sobre extras cresceu quase 20% no último ano

Um ranking elaborado pelo Tribunal Superior do Trabalho mostra que o tema mais recorrente nos processos julgados em 2024 pela corte foram as horas extras. Segundo o levantamento, no ano passado foram julgadas 70.508 ações tratando do assunto, o que representa um acréscimo de 19,7% em comparação com os quase 59 mil processos julgados em 2023.

As horas extras são objetos ainda de milhares de outros processos que discutem aspectos específicos desse direito, como o divisor a ser aplicado, a supressão ou redução, a base de cálculo, os minutos residuais e seus reflexos em outras parcelas salariais.

O intervalo intrajornada ocupa o segundo lugar do ranking, com 48.283 julgados (20% a mais do que no ano anterior). Segundo o artigo 71, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), se a jornada de trabalho for de até seis horas diárias, a pessoa tem direito a um intervalo de 15 minutos para descanso ou refeição. Caso a jornada seja superior a essa carga horária, o intervalo deve ser de no mínimo uma hora e no máximo duas horas.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Nas ações, trabalhadores questionam o pagamento dessas horas, a base de cálculo, o adicional a ser aplicado, o divisor a ser usado, a supressão das horas extras e outros aspectos relativos à parcela.

Outros temas de destaque

O adicional de insalubridade foi tema de 40.392 processos julgados. A parcela é paga a quem trabalha em condições prejudiciais à saúde, como contato com agentes químicos, biológicos ou físicos acima dos limites de tolerância fixados em normas regulamentadoras. Nas ações, são discutidos aspectos como o direito ao adicional em determinadas situações (coleta de lixo urbano, limpeza de banheiros, exposição a raios solares etc.), assim como a base de cálculo da parcela e a possibilidade de acumulação com outros adicionais.

Em quarto lugar no ranking estão os honorários advocatícios, parcela devida aos advogados pela prestação de seus serviços na ação: foram julgados 39.857 processos. Nesse caso, houve uma redução significativa em comparação a 2023, quando 51.241 ações trataram do assunto.

O quinto lugar ficou com a negativa de prestação jurisdicional, situação em que uma das partes alega que a decisão deixou de analisar algum ponto que tenha sido devidamente questionado por ela e que seria essencial para a solução do caso. Em 2024, foram julgados 39.096 processos com esse questionamento, o que representou uma redução de mais de 31% em relação ao ano anterior. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Fonte: Conjur

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF